

# Da aculturação à formação

## O papel dos estudos sobre a imigração na obra de Florestan Fernandes

João Gilberto Belvel Fernandes Júnior\*  
<https://orcid.org/0000-0003-3525-1785>

### Introdução

Até muito recentemente pouca atenção se deu aos estudos sobre imigração realizados por Florestan Fernandes, para a interpretação de sua vasta obra. Àqueles que a analisam, comentam ou compilam, o tema passa majoritariamente despercebido, fazendo-nos crer que ele é conceitualmente indiferente à obra do sociólogo. Oliveira (2020) fez bem o balanço dessa ausência. Seguindo-o, obtém-se o itinerário de um apagamento parcial.

Neste sentido, Ianni (1986), ao editar o volume sobre Florestan Fernandes, da Coleção Grandes Cientistas Sociais, não fez qualquer referência à imigração. Em D’Incao (1987) e até no *Dossiê Florestan Fernandes* de Toledo (1997), tampouco há menção ao tema. Miceli (1987, p. 93), na sua análise histórica sobre as ciências sociais em São Paulo, também olvida o conteúdo desses estudos, embora mencione as “pesquisas sobre assimilação e aculturação de imigrantes”. Nem mesmo na correspondência que Bárbara Freitag (1996) compilou do autor houve alguma que se referisse ao tema. Só Arruda (1987, p. 170) chega a comentar sobre a entrevista na qual Fernandes tratou do abandono de sua pesquisa sobre os sírios e libaneses, mencionada também em Garcia (2002), e – acrescentando à revisão de Oliveira, cuja crítica disso despercebeu – apresenta, no compilado *Florestan Fernandes, leituras*

\* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

*e legados*, a conferência dada por ele no Clube Alepo, onde relatou aquela pesquisa (Arruda, 2010).

Nos últimos anos, todavia, autores que pesquisam a migração têm feito algumas releituras da obra de Fernandes, a fim de pôr em relevo as suas contribuições e fazer um balanço do seu legado para os atuais estudos migratórios. É o caso, por exemplo, de Brasil Júnior (2010), Taniguti (2018), Feldman-Biaco, Sanjurjo e Silva (2020) e do já mencionado Oliveira (2020). O enfoque, nestas análises, contudo, não é tanto o de dar significação aos estudos migratórios de Fernandes dentro de sua obra, atribuindo sentido (isto é, descobrindo continuidades e discontinuidades) à bibliografia referida ao seu autor. Ao revés, cuida-se frequentemente de analisar o que os estudos migratórios de Fernandes, e o seu abandono por outras temáticas, teriam operado no subcampo de uma sociologia brasileira da migração, na segunda metade do século xx.

É dizer: não há, por parte desses intérpretes, qualquer tentativa de relacionar os estudos de Fernandes sobre a imigração com conceitos centrais de sua obra. E não é que eles ignorem a análise do autor sobre a relação entre a imigração e o sistema de relações raciais no Brasil, ou entre a imigração e a implementação da ordem social competitiva no país. Pelo contrário: esses novos comentários à obra de Fernandes são unânimes em rememorar estes empreendimentos analíticos. Mas o fazem de duas maneiras peculiares e alternativas, a saber: (1) vendo nestes empreendimentos os pontos de inflexão através dos quais Fernandes teria se desinteressado e abandonado os estudos migratórios; ou (2) imputando, a estes esforços teóricos, certa culpa intelectual pelos estudos migratórios terem permanecido supostamente subdesenvolvidos nas décadas posteriores, devido à influência estruturante que a obra de Fernandes exerceu sobre o campo sociológico que o sucedeu, e, principalmente, sobre a chamada Escola Sociológica Paulista.

Grosso modo – e se alguma estereotipização me é permitida a fim de elaborar uma problemática –, parece que estes novos intérpretes propõem uma sociologia histórica do abandono sobre a temática imigratória, seja na obra de Florestan Fernandes, seja no campo intelectual no qual ele produzia: tudo se passa como se o autor, após a escolha de seu tema de doutorado (como mostrarei abaixo), não tivesse apenas abandonado os investimentos que já fizera na temática migratória, mas também, e sobretudo, renegado o próprio tema enquanto objeto de interesse da Sociologia no Brasil – motivo pelo qual, supostamente, todo o campo sociológico de então também o teria feito.

Meu objetivo neste ensaio é responder a isto que chamei de “sociologia do abandono”. Para fazê-lo, pretendo dar a determinados textos da obra de Fernandes uma interpretação que explicita as providências de acumulação e acomodação teórica que

o autor realizou ao passar, de maneira coerente, dos estudos migratórios propriamente ditos (isto é, os estudos reconhecidos ou consagrados como estudos migratórios, por aqueles outros estudiosos da migração), para temas mais amplos, sem, no entanto, *renegar* o cabedal teórico e os resultados empíricos que obteve com os primeiros. Isto independentemente de Florestan ter, de fato, deixado de lado a temática migratória em favor de outras, devido a circunstâncias a serem elucidadas.

Bastará, para este circunscrito propósito, indicar não apenas o recorrente revolvimento da temática da migração – mesmo depois de ela ter sido preterida em favor de outras –, como também a continuidade no uso e na definição de conceitos que ainda hoje o campo dos estudos migratórios consideram centrais para seus trabalhos. A intenção do estudo, afinal, não é imputar a toda a obra de Fernandes uma centralidade que os estudos migratórios poderiam ter tido, mas não tiveram. É, sim, mostrar como, no desenvolvimento de suas pesquisas, o material colhido e analisado sobre as migrações internacionais, bem como o cabedal teórico incipientemente elaborado para tratar deste material foram integrados ao pensamento sociológico do autor de maneira coerente ao modelo de “formação” que ele viria a propor.

Para esta revisão, sugiro dividir a bibliografia de Fernandes em dois períodos, com referência aos seus estudos pertinentes à migração. O primeiro período abrangeria a produção do autor até 1964, ano em que ele defendeu a sua tese de cátedra, *A integração do negro na sociedade de classes* (Fernandes, [1964] 2008). Este período contemplaria a produção de Fernandes elaborada dentro do *cânon* da *aculturação*, conceito que, sem dificuldade, era reconhecido à época e, aparentemente, é reconhecido até hoje, pelos novos comentadores da obra de Fernandes, como central aos estudos migratórios. O segundo período, cujo mote principal é o da *formação*, se iniciaria em 1964, com *A integração...*, e abrangeria o restante da obra, contemplando a boa parte da produção do autor que não é reconhecida, atualmente, como pertencente – e nem mesmo pertinente, às vezes – ao subcampo dos estudos migratórios. Para analisar cada um dos períodos, selecionarei apenas alguns textos que considero essenciais para a discussão.

O restante do ensaio se divide em três seções. As duas primeiras se referem a cada um desses períodos. Na primeira, relaciono os textos e os conceitos utilizados por Fernandes à literatura pertinente aos estudos migratórios, indicando a inserção do autor no *cânon* deste subcampo. Na segunda, mostro como os conceitos anteriores serviram de matéria-prima teórica para a elaboração de novos conceitos que, se não excluem os do *cânon* dos estudos migratórios, os adequam para estudos que, conforme argumento, o próprio Fernandes consideraria serem elaborados para objetos de escala mais ampla. Por fim, na última seção, faço um pequeno balanço de tudo quanto foi falado nas seções anteriores, a título de notas conclusivas.

### Antes de 1964: os estudos sobre a aculturação

O primeiro texto de Florestan Fernandes que trata diretamente da imigração é a resenha feita por ele ao livro *A assimilação dos alemães no Brasil*, de Emílio Willems (1946), publicada na *Revista do Arquivo Municipal* no ano de 1949. As bases conceituais utilizadas pelo autor nesta resenha, todavia, datam do artigo “Tiago Marques Aipobureu, um bororo marginal”, publicado em 1946, estando presentes também, em menor medida, no artigo “As ‘trocinhas’ do Bom-Retiro”, publicado em 1947 (Fernandes, 1946, 1947, 1949).

Em “Tiago Marques...”, Fernandes realiza um estudo de caso. Ele conta e analisa a história de Tiago Marques Aipobureu, um bororo que, desde criança, teria sido criado entre os brancos, chegando até mesmo a se educar na Europa. O drama relatado diz respeito à marginalidade vivenciada pelo protagonista quando retorna, depois de todo esse processo, para a sua tribo e tenta viver uma vida como a de seus conterrâneos, desempenhando o ofício de caçador e se casando com uma indígena.

As principais categorias analíticas utilizadas pelo autor no exame deste caso são as de *integração* e de *marginalidade*. Quanto à primeira, sua relação com os estudos migratórios era comum, mas não necessária, à época. Entretanto, a referência ao primeiro livro de Willems sobre a migração germânica no Brasil, *Assimilação de populações marginais no Brasil*, publicado em 1940, a torna patente, sugerindo, ademais, que, tal como este autor, Fernandes já relacionava a integração com a ideia de assimilação, no contexto do “contato entre culturas” diferentes. No que toca ao conceito de marginalidade, a relação é direta e manifesta. E não apenas por referência a Willems, que dá centralidade a este tema em seu primeiro livro, mas também pela referência a dois textos de importância fulcral para o *cânon* dos estudos migratórios naquele momento. O primeiro deles é o artigo de Stonequist, de 1935, “The problem of marginal man”. O segundo é “Human migration and the marginal man”, publicado em 1928, por Robert E. Park, tratando da experiência de imigrantes que se encontravam, à época, na cidade de Chicago.

Mais importante do que isso, contudo, é o tratamento teórico dado por Fernandes à análise do caso de Tiago Aipobureu. Isso porque, ali, o indígena é considerado, eminentemente, como um *estrangeiro* em sua própria terra, num sentido muito próximo àquele dado a este termo por Simmel ([1908] 1999), autor cuja obra servira de inspiração para a Escola de Chicago, de que Park e Stonequist faziam parte. Nesse sentido, a *integração* aparece como o processo, referido a um indivíduo, através do qual os valores de uma cultura e de uma forma de vida são inculcados neste indivíduo, pertencente a outra cultura e a outro modo de vida – resultando, este processo, no

caso analisado por Fernandes, na colocação de Tiago Aipobureu em uma posição de marginal, como alguém “entre duas raças e duas culturas”.

Já o artigo “As ‘trocinhas’ do Bom Retiro” faz parte, principalmente, dos estudos de Fernandes sobre o folclore na cidade de São Paulo. Há, no entanto, relações interessantes que podem ser traçadas entre este texto e os estudos migratórios do autor. Isso porque, fazendo uma etnografia junto a grupos infantis do Bom Retiro, um bairro que à época concentrava grande número de migrantes, Fernandes acaba notando que estes grupos tendem a se formar com indivíduos de mesma nacionalidade, e que a dinâmica de contato entre os grupos tende a promover a *aculturação* dos grupos de filhos estrangeiros e, por conseguinte, de suas famílias, indiretamente, servindo o folclore infantil como mecanismo de *integração* desses indivíduos à cultura local (Garcia, 2002, p. 148). Soma-se ao aparato conceitual da análise, portanto, a ideia de *aculturação*, referida a partir do Gilberto Freyre de *Casa-grande & senzala* ([1933] 2003). Isto implica a cumulação entre os vieses metodológico-conceituais da Escola de Chicago e os do culturalismo boasiano, de que Freyre é reconhecidamente tributário – algo que também será duradouro na obra de Fernandes.

Um dos textos mais importantes para o objetivo que persigo aqui, no entanto, é a resenha feita por Fernandes ao livro *A aculturação dos alemães...* Isso porque, neste texto, para além de examinar a contribuição de seu professor aos estudos migratórios, o autor também empreende um esforço teórico e crítico de sistematização da maior parte dos conceitos que nortearão sua visão sobre o tema da migração dali em diante, os quais servirão de insumos para conceituações posteriores e de maior escala.

Veja-se isto primeiro a respeito dos conceitos de *assimilação* e *aculturação*. Acompanhando Willems, Fernandes afirma que esses termos se referem a processos sociais equivalentes e concomitantes, persistindo, no entanto, o interesse na diferenciação entre eles por motivos metodológicos. Assim, trata-se de conceitos “coordenativos”, “correlativos” e “completivos”, tendo surgido da constatação de que “toda transmissão de dados culturais através de contato direto e contínuo afeta as atitudes e personalidades envolvidas”. A *assimilação*, no entanto, se referiria ao aspecto subjetivo desse processo, atendo-se a sua análise às influências sociopsíquicas do contato intercultural na personalidade dos sujeitos envolvidos em interação contínua. Já com o conceito de *aculturação*, o que se quer é apontar para o aspecto objetivo do processo, cuja verificação se dá pela afetação dos valores culturais ou das “configurações culturais” de dois ou mais grupos envolvidos em contatos diretos e contínuos.

O refinamento desses conceitos permite que Fernandes avalie positivamente a obra de Willems, por exemplo, a partir da distinção estabelecida por este entre o “imigrante camponês” e o “imigrante cidadão”. Com relação ao imigrante camponês, nesse sentido, importa notar que Fernandes assinala a aproximação de Willems aos

estudos de Margareth Mead sobre as *folk cultures*, qualificando as aldeias germânicas do século XIX como *comunidades* coesas, relativamente autossuficientes e pouco permeáveis a influências externas, sendo sua organização social estritamente familiar e local, e a sua mentalidade, tradicional. Isso tudo porque esses colonos teriam imigrado para o Brasil justamente por rejeitarem as transformações das atitudes e dos valores em uma época em que a estrutura e a cultura das sociedades europeias sofriam profundas mudanças. Essa tendência ao isolamento *comunitário* teria feito o horizonte cultural do imigrante camponês permanecer restrito durante um longo tempo, retardando tanto a sua aculturação quanto a sua assimilação em comparação com as dos imigrantes citadinos. Já estes, por sua vez, “portavam experiências desconhecidas para o camponês”, vindo de uma sociedade já “integrada por classes sociais” (a terminologia não é casual), e com conhecimento sobre a proletarização e sobre o trabalho nas fábricas.

Para além do caso específico estudado, em que *a aculturação e a assimilação da comunidade* e de seus indivíduos são cumuladas com a ideia de *campesinato*, enquanto a ideia de *integração à sociedade de classes* e de *assimilação* é cumulada com a de *citadino* (algo que só se verifica revolvendo dados empíricos, como fez o autor de *A aculturação dos alemães...*), é de se notar, adiantando o argumento que desenvolverei adiante, que os elementos componentes dessa análise, sublinhados por Fernandes, serão mantidos, em arranjos diferentes pelo autor, por ocasião de sua análise sobre os dois processos de imigração que foram por mais tempo seu objeto de pesquisa – o dos sírio-libaneses e o dos italianos.

Mas há mais. Nesta resenha, Florestan ainda considera ser muito importante a análise feita por Willems sobre o *peneiramento* e sobre a *seleção* dos imigrantes alemães. Aqui, Fernandes sublinha a constatação de que os “aspectos seletivos da imigração”, conforme discutidos por Willems, não permitem que se enquadrem os imigrantes como “melhores” ou “piores”, dado intervirem, no processo de imigração, dois conjuntos distintos de critérios seletivos – o da “cultura de origem” e o da cultura do “país adotivo”.

Assim, com relação ao primeiro conjunto, a ênfase deve ser dada ao significado da migração na cultura original dos migrantes, o qual, em sociedades ocidentais, pode variar sobremaneira, às vezes redundando no ostracismo e no exílio, e, às vezes, simplesmente, na “emigração” – não se podendo reconduzir a migração tão só a um processo de autodefesa da sociedade ou de eliminação dos indesejáveis, e muito menos a uma representação de superioridade dos mais aptos e corajosos. Já no caso dos critérios seletivos da cultura do “país adotivo”, o que releva é denotar que “[...] as condições de existência social na sociedade adotiva implicam a substituição do sistema originário de valores sociais por outro. [E que] Neste caso, os imigrantes

passam por um novo processo de peneiramento”, o qual resulta, ou não, na sua *seleção* pela sociedade adotiva.

Em termos concretos, o livro de Willems narra uma série de insucessos nas primeiras tentativas de fixação na terra e de integração à nova sociedade, realizadas pelos migrantes alemães. Fernandes explicita em seus comentários que essas tentativas dizem tanto respeito à *adaptação* dos migrantes ao meio natural circundante, muito distinto do meio ambiente de sua sociedade original (relevando aqui a transformação das técnicas de cultivo e de criação de animais dos colonos, por exemplo), quanto – e, principalmente – à “competição com outras populações” (luso-brasileira, indígenas e outras) por um “lugar na biosfera”. Com base nesses fatores, Florestan frisa que a partir do estado presente dessa competição histórica, dependente do “equipamento adaptativo” de cada grupo em disputa, se chega a uma *acomodação* peculiar – sendo este conceito também fundamental para os trabalhos seguintes do autor.

Feldman-Bianco, Sanjurjo e Silva (2020) reputam a este texto de Fernandes, nas suas palavras, “ataques ferrenhos” à tentativa de Willems de “articular a análise de mudanças culturais por meio da aculturação com o estudo de comunidade”. De acordo com esses autores, inclusive, ele é que representaria certa inflexão nos estudos de Fernandes, a qual o distanciaria progressivamente dos estudos migratórios. Essa interpretação, entretanto, não encontra qualquer justificativa na resenha em si. Muito pelo contrário, na verdade. Logo no início do texto, Florestan afirma que a obra de Willems que se propunha a resenhar era “a mais importante publicação antropológica de 1946 no Brasil”. Além disso, de acordo com ele:

O estudo dos processos de aculturação e de assimilação dos imigrantes constitui uma das *principais tarefas das ciências sociais no Brasil*. Se o Brasil, como outros países americanos, é um “cadinho de raças e culturas”, como se costuma dizer, o conhecimento do que ocorreu ou está ocorrendo nesse cadinho é fundamental (grifos meus).

O estudo de Willems, nesse sentido, era um exemplo bem-sucedido daquilo que Fernandes acreditava serem as duas finalidades principais das pesquisas com imigrantes – a saber: (1) a descrição das condições objetivas da *política de colonização* a ser adotada no Brasil; e (2) a de representar um mecanismo formal de conhecimento recíproco e ajustamento mútuo entre grupos em uma sociedade etnicamente ultra-diferenciada, constituindo um “tipo de autoconsciência altamente significativo”.

E mais: na resenha, Florestan informava estar estudando, para o seu projeto de doutorado, a “aculturação religiosa dos sírios libaneses em São Paulo” – estando a ideia de *aculturação*, na análise do próprio autor, como se demonstrou *supra*, estritamente relacionada à ideia de *comunidade* –, e isso “sem necessidade de alterar

substancialmente o aparato teórico” de Willems, para quem a religião teve “um papel fundamental na adaptação mais veloz dos teutos católicos, em comparação com protestantes”.

A única crítica que Fernandes move contra *A aculturação dos alemães...* diz respeito ao fato de Willems não ter aproveitado as contribuições teóricas de Dollard, Kardiner e Malinowski, “apesar de seu interesse no estudo da formação da personalidade e na dinâmica de mudança cultural”.

Já a crítica de Fernandes aos “estudos de comunidade” não está presente neste texto, mas no artigo “A análise sociológica das classes sociais”, publicado *um ano antes* (1948) na *Revista de Sociologia*. E ela não diz respeito a todo e qualquer “estudo de comunidade”, como parecem imaginar Feldman-Bianco, Sanjurjo e Silva. O que Florestan rejeitava nesses estudos, na medida em que realizados no campo da Sociologia, era uma tendência à ênfase irrestrita no empirismo e nas diferenças culturais, que “desviariam o observador do processo decisivo ao desenvolvimento brasileiro – a formação da sociedade de classes” (Jackson, 2009). Contra isso, ele defendia que a abordagem própria e estritamente sociológica – não se referindo, portanto, à Antropologia – devia ser fundada na tradição teórica da própria disciplina. Seu ataque, por conseguinte, como bem percebe Jackson (2009), era à sociologia americana, que apresentava uma interpretação culturalista da estratificação social, dadas as “condições de existência social nos Estados Unidos, onde as distinções de classe eram menos pronunciadas e cristalizadas do que nas sociedades europeias” (Fernandes, 1948).

Portanto, nada autoriza a referida interpretação de Feldman-Bianco, Sanjurjo e Silva – mesmo que a publicação da resenha de Fernandes ao trabalho de Willems tenha, por hipótese, sido atrasada. Não há qualquer incompatibilidade entre este e “A análise sociológica das classes sociais”. A única coisa que se poderia concluir, com algum esforço, a partir dos dois textos, é que Florestan propunha uma divisão conceitual e disciplinar do trabalho analítico – ficando a Antropologia a cargo dos *estudos de comunidade* e da *aculturação* dessas comunidades, e a Sociologia encarregada do processo de *formação* da *sociedade de classes*, em uma escala mais ampla.

E tampouco há qualquer abandono, até aqui, ao tema da imigração. Defendida como dissertação de seu mestrado em 1947 e publicada em 1949, por exemplo, *A organização social dos tupinambá* ([1949] 1963) trata, em seus dois primeiros capítulos, sobre a migração destes povos indígenas. Migração indígena e migração internacional, conquanto tratadas em suas idiossincrasias, recebem tratamento conceitual comparável. Ao primeiro capítulo da dissertação, assim, subjaz a ideia de *competição interétnica*, aparecida em 1949 já na resenha: Fernandes descreve a dispersão territorial dos tupinambá ao longo da costa brasileira sempre em função

de seus contatos, amigáveis ou hostis, com outros indígenas, com portugueses e com franceses. Já no segundo, sob inspiração do funcional-estruturalismo do qual seria tributário ao longo de toda sua obra posterior, o autor estabelece conexões entre as estruturas social e econômica dos tupinambá com suas necessidades, definidas culturalmente e condicionadas aos padrões de migração e aos ciclos de guerras intertribais. E mesmo na tese de doutorado do autor, *A função social da guerra na sociedade tupinambá* ([1952] 1970), defendida em 1951, que acabou por preterir o tema da “aculturação religiosa dos sírios e libaneses”, o nomadismo e a migração tupinambá aparecem, desta vez, como resultados da guerra ou da busca pela “terra sem mal” – sendo, neste último caso, relevante a questão do *peneiramento* e da significação própria da migração à sociedade de origem do migrante.

Em termos estritamente conceituais, a inflexão, se há, não é em direção à renegação dos estudos migratórios, como pode sugerir o abandono da pesquisa sobre os sírio-libaneses, e sim em direção a um aparato conceitual que, conquanto dependente de todas as noções apontadas até agora, se via mais adequado para análises de escala mais ampla.

E isso se prova com o último texto a ser analisado neste período histórico, “A aculturação dos sírios e libaneses em São Paulo” (Fernandes, 1956; em Arruda, 2010), publicado em 1956, mas oriundo de uma conferência dada pelo autor no clube Alepo. Nesse texto, Fernandes deixa claro que a mudança no tema de sua pesquisa de doutorado não havia implicado uma abjuração do aparato conceitual que desenvolveu para suas pesquisas migratórias. Ademais, o autor se esforça para, inclusive, argumentar que sequer havia abandonado completamente a pesquisa sobre os sírios e libaneses, justificando a ausência de grandes desenvolvimentos nesta seara com o argumento de que o empreendimento teria assumido novas forma e envergadura.

Para começar, o objeto que Fernandes indicava para a investigação continuava a ser a *aculturação*. Por aculturação, contudo, é necessário que se entenda tanto a aculturação como a assimilação, já que o objetivo declarado da pesquisa era o de:

[...] acompanhar as transformações que se operaram na *estrutura da personalidade*, na *configuração da cultura* e na *organização da sociedade*, que se produziam graças às novas condições morais e materiais de existência, associadas à migração (grifos meus).

A fim de perseguir esse objetivo, Florestan seguia a demonstração de Willems de acordo com a qual “as modificações ocorridas no *grupo cultural* imigrante se refletem no *meio social ambiente*” (grifos meus) – donde se verifica uma sutil referência à ideia de *comunidade*, quando considerados os sujeitos concretos da pesquisa (os sírios e libaneses de São Paulo) e as práticas a serem analisadas (suas atividades religiosas

coletivas). Essa referência, todavia, era mediada, agora, por interesses temáticos próprios da literatura sociológica, os quais ampliavam também o escopo da pesquisa, que outrora se referia apenas à “aculturação religiosa”. Nas palavras de Fernandes:

Como sociólogo, tentei naturalmente encarar a aculturação da vida social – como [...] as novas condições de existência se refletiram na estrutura e nas funções sociais da família, do sistema econômico, do sistema religioso etc. – e das consequências produzidas pela mudança dos tipos de controle social – como [...] a substituição da dominação tradicional por outras formas de liderança ou a perda contínua de poder de mando do chefe da família e a diminuição de autoridade do líder religioso.

O autor, no entanto, ia ainda mais longe – e aqui está a verdadeira inflexão de sua obra –, ao afirmar que “[...] não foi apenas a herança cultural transplantada [...] que se transformou. *A própria sociedade brasileira se alterou, ao receber e assimilar essa herança cultural, com os seus portadores humanos*” (grifo meu). Ora, a ideia de “sociedade brasileira” aí não se confunde com a da comunidade étnica “luso-brasileira” referida por Willems em *A aculturação dos alemães...* Há, mesmo, da parte de Fernandes, uma ruptura com a analítica de seu professor. “Sociedade brasileira” se refere, já, a uma estrutura que abarcaria as diferentes comunidades tratadas por Willems, tendendo a sua *formação* à totalidade do território nacional. Daí haver, na ideia de *integração* a que a conferência se refere, a correspondência entre dois níveis escalares distintos e dois processos correspondentes: no âmbito das *comunidades* imigrantes, a *aculturação* voltada à sua *integração* na “sociedade brasileira”, com consequentes alterações, estruturais e funcionais; e, no âmbito da “sociedade brasileira”, as alterações ocasionadas pela transplantação da cultura estrangeira, devido à *assimilação* de seus “portadores humanos”.

Tanto é assim que esses níveis e processos se veem refletidos nos cinco pontos de interesse da pesquisa, conforme enumerados por Fernandes, sendo dois deles teóricos e três práticos. Do ponto de vista teórico, a pesquisa com os sírio-libaneses permitiria: (1) verificar a hipótese de que a transplantação de instituições sociais não se processa nunca com relação a uma instituição isolada, mas sempre com relação a todo o sistema de instituições sociais do grupo migrante (interesse teórico relativo à aculturação da comunidade migrante); e (2) observar, descrever e interpretar em um estudo de caso com condições histórico-culturais bem determinadas “os mesmos processos de mudança por que passaram comunidades rurais europeias ou por que vem passando a sociedade brasileira” – sendo estes últimos atinentes ao “crescimento das cidades, à formação de um sistema capitalista de produção e troca, e ao desenvolvimento do regime de classes sociais” (interesse teórico relativo à formação da sociedade mais

ampla). Já do ponto de vista prático, a investigação permitiria: (3) “contribuir para uma melhor compreensão dos sírios e libaneses, com seus descendentes, dentro da sociedade brasileira” (interesse prático relativo à comunidade migrante); (4) denotar os “efeitos positivos da imigração”, que só podem ser conhecidos objetivamente por meio da análise sociológica – havendo aqui referência a relatórios de pesquisas realizadas pela Unesco, como, por exemplo, o de Handlin (1955) (interesse prático relativo à formação da sociedade mais ampla); e (5) tratar de problemas sociais relativos ao desajustamento e às dificuldades enfrentados por migrantes quando são transplantados, com suas instituições, no país adotivo (interesse prático relativo à articulação entre a comunidade migrante e a sociedade mais ampla).

Decerto, como se vê, a pesquisa havia atingido, conforme argumentou Fernandes, uma abrangência amplíssima – o que denotaria mais o interesse nela do que o seu desinteresse. Qual teria sido o motivo, então, de Fernandes tê-la preterido em seu doutorado, em favor da pesquisa sobre a função da guerra na sociedade tupinambá? Florestan apresentou os seus motivos, e nenhum deles é condizente com qualquer rejeição aos estudos migratórios, seja enquanto subcampo de produção conceitual, seja enquanto interesse temático para Sociologia.

Algumas razões são oferecidas pelo autor na própria conferência ora analisada. Ao falar sobre a “marcha da investigação”, Fernandes conta como, a partir de uma combinação com Jamil Safady em 1944, ele teria começado a entrevistar homens e mulheres pioneiros da imigração sírio e libanesa para o Brasil, que se tornara relevante desde 1882. Esta técnica teria permitido ao autor conhecer os ajustamentos iniciais dos imigrantes e a sua “especialização econômica” na mascatagem, além de sugerir aspectos essenciais sobre a “abrasileiração” desses pioneiros. Com base nesses esforços iniciais, Fernandes teria requisitado de Safady uma monografia sobre a contribuição dos imigrantes às mudanças que haviam se processado na Síria e no Líbano desde o início do processo migratório – tendo sido esta monografia, sob o título de *Panorama da imigração árabe*, publicada apenas em 1977. Safady, que era a ponte entre Fernandes e os imigrantes sírios e libaneses, contudo, tinha morrido. Dessa maneira, para além de uma ampliação do escopo da investigação, faltavam meios para realizar as entrevistas e coletar os documentos de que ela dependia. Ademais, havia ainda um empecilho técnico: a maioria dos imigrantes sírios e libaneses tinha sido registrada, no Brasil, como “turcos” – categoria que tendia, na época, a englobar a maior parte dos emigrados do Oriente Médio. Seria preciso recenseá-los para prosseguir sem a ajuda de Safady – algo proibitivo para as limitações de orçamento da pesquisa.

Só mais tarde, em entrevista dada em 1990 e citada por Oliveira (2020), ele também apresentaria, como motivo para a mudança do tema de doutorado, que

prosseguir com seu projeto inicial teria feito com que ele entrasse em conflito com seu orientador da época, Fernando Azevedo.

De qualquer forma, a investigação parecia prosseguir, como a conferência pretende deixar claro, e parte dos dados colhidos nela vinha sendo analisada por ele, Aziz Simão, Ramzia Gattas e Renato Jardim Moreira.

Depois de 1964: os estudos sobre integração e formação

Como me empenhei em mostrar até agora, conceitos como os de *integração* e de *formação* sempre estiveram presentes nos trabalhos de Florestan Fernandes sobre a imigração. Até 1964, todavia, eles vinham acompanhados da ideia de *aculturação* – e isso porque o interesse do autor, até este ponto, tinha incidido predominantemente sobre *comunidades* de imigrantes e sobre a *integração* de *indivíduos* imigrantes à “sociedade brasileira”, e não sobre a articulação entre essas *comunidades* e a *sociedade* no sentido da *formação* desta última. Essa articulação aparece, pela primeira vez, nos estudos migratórios, em 1956, por ocasião da conferência sobre os sírios e libaneses no clube Alepo, e se desenvolve com forte ênfase em sua obra a partir de 1964. Esse período se inicia com a sua tese de cátedra, *A integração do negro na sociedade de classes*, defendida em 1964. No entanto, talvez para sublinhar este tema, Fernandes (1966a) resumiria sua análise sobre ele em um artigo publicado na *Revista da Civilização Brasileira* com o nome de “Imigração e relações raciais”.

Aqui, a rigor, as publicações anteriores de Fernandes que são consideradas pertinentes aos estudos migratórios se encontram com o tema das relações raciais. Uma análise da produção do autor sobre o assunto poderia revelar que a articulação teórica entre os temas da imigração e das relações raciais data de antes de *A integração...* – ela já pode ser antevista, aliás, desde “As ‘trocinhas’...”. Vou me ater, todavia, apenas aos textos que têm sido indicados, pela literatura especializada em migrações, como pertinentes aos estudos migratórios.

Em *A integração...*, Fernandes afirma, de maneira categórica, logo em sua “Nota explicativa”:

Em sentido literal, a análise desenvolvida *é um estudo de como o Povo emerge na história*. Trata-se de assunto inexplorado ou mal explorado pelos cientistas sociais brasileiros. E nos aventuramos a ele, por intermédio do negro e do mulato, *porque foi esse contingente da população nacional que teve o pior ponto de partida para a integração ao regime social que se formou ao longo da desagregação da ordem social escravocrata e senhoria e do desenvolvimento posterior do capitalismo no Brasil* (grifos meus).

A declaração encontra uma série de ressonâncias, tanto na obra do próprio Florestan quanto na produção feita no campo das Ciências Sociais no Brasil. Para os objetivos desta exposição, entretanto, o que mais importa sublinhar é a ideia de que *A integração...* é um estudo sobre a emergência do *povo brasileiro*, porque isso a insere no contexto dos estudos sobre a *formação* do Brasil, os quais, como enumera Arruda (2017), tendiam a tematizar a formação do país em suas mais diversas manifestações, como Estado-nação, como sociedade, como cultura e como povo.

O ponto de vista abordado por Fernandes neste estudo é o do negro e do mulato, enquanto uma das populações integrantes do povo brasileiro. E sua escolha não é acidental ou casual, sendo justificada com a afirmativa, ainda no começo da obra, de que esta população foi a que teve o pior ponto de partida para a *integração* na *ordem social competitiva* capitalista que se formaria depois da desagregação do sistema servil, ou escravista. Trata-se, por conseguinte, de apresentar ou conformar uma imagem sobre o Brasil e, simultaneamente, de formular problemas concebidos como essenciais para a compreensão das singularidades nacionais, subentendendo-se disso o desejo do autor de superar, ou pelo menos de equacionar, os impasses de uma história refratária à absorção dos princípios da modernidade (Arruda, 2017).

A percepção da insuficiente integração do negro e do mulato na sociedade de classes impelia Fernandes a procurar pelas origens históricas desse obstáculo presente na formação do país. E é aí que a imigração entra em jogo – embora, como se pode notar, vocabulário semelhante ao dos estudos migratórios de Fernandes já estivesse sendo acionado, somado à ideia de *absorção* como *integração*, a qual, ao que tudo indica, era tributária dos estudos de Eisenstadt (1954; 1956) sobre a *adaptação* e a *absorção* dos imigrantes na estrutura econômica de Israel.

Para empreender sua análise, Fernandes recorre a uma periodização que põe em relevo os “processos histórico-sociais de significação estrutural atrelados à imigração” (1966). São em número de três os períodos e as tendências que sua pesquisa delimita, e eles se encontram bem descritos no artigo “Imigração e relações sociais”.

O primeiro período, a que o autor denomina “longa fase”, se iniciaria aproximadamente em 1827 e terminaria em 1885. Nessa fase, a ampliação da imigração teria sido sufocada pelas contingências socioeconômicas do regime servil, porque o imigrante ameaçava os “padrões de acomodação racial decorrentes da escravidão”. A presença, conquanto contida, dos imigrantes, todavia, não teria sido completamente neutra para as relações raciais. Isso porque, uma vez que em todo o Brasil o desenvolvimento econômico da agricultura sob o regime servil provocava e condicionava a formação de núcleos urbanos, “dentro destes, determinava certa diferenciação ocupacional”. Em cidades como Recife, São Salvador e Rio de Janeiro, essa diferenciação oferecia oportunidades de “reabsorção” do ex-escravizado, agora como agente do trabalho

livre, em pleno regime de escravidão. Ele ocupava, então, diferentes setores dos serviços urbanos, das ocupações artesanais e até do pequeno comércio, sendo, por conseguinte, capaz de acumular algum capital para si. Todavia, em São Paulo – que é o ponto focal de interesse das pesquisas de Fernandes –, ter-se-ia estabelecido muito precocemente uma tendência a canalizar essas oportunidades de trabalho livre para os imigrantes, em detrimento dos negros e dos mulatos livres. Por consequência disso, nesta cidade os mestiços nunca chegaram a ser considerados como os elementos demográfica e economicamente mais importantes para o futuro do país, ao contrário do que chegou a acontecer em outras regiões brasileiras.

O segundo período iria de 1885 a 1930, e representaria a fase de “consolidação e de rápida expansão da ordem social competitiva”. Neste momento, Florestan indica que “embora sem operar como fator direto, exclusivo ou dominante, a imigração adquire o significado e as proporções de uma calamidade social para o negro e para o mulato”, porque a vigência da escravidão não havia preparado o escravizado para outros papéis socioeconômicos que não fossem os de escravo ou liberto. Assim, quando a ordem servil entra em crise e se desintegra, “também desaparecem as únicas condições econômicas e socioculturais que protegiam e garantiam os ajustamentos socioeconômicos do ‘negro’ ao mercado de trabalho”. É dizer: expulso do campo para a cidade pela contratação massiva de imigrantes italianos, o ex-escravizado, em São Paulo, se viu numa cidade que se tornava muito rapidamente “a principal cidadela da revolução negra no Brasil” sem estar preparado, ou amparado por estruturas sociais (políticas públicas ou mesmo relações familiares de apoio mútuo) para o desempenho do papel socioeconômico do homem livre. Em consequência, o ritmo acelerado da “competição inter-racial”, agravado pelas massas de estrangeiros que chegavam ávidos para absorverem as oportunidades econômicas existentes, teria feito, ainda nesse período, com que o *desajustamento* do negro deixasse de ser um fenômeno transitório, tornando-o um “desajustamento estrutural” contínuo entre o espaço do campo e o da cidade.

Tomando isso como base, Fernandes faz duas ponderações: a primeira é que a imigração, constituindo uma força revolucionário-burguesa de alto teor construtivo, se produziu efeitos negativos ou destrutivos, isso se deveu às peculiaridades da *formação* da ordem social competitiva no Brasil, e não à imigração em si; e, depois, que as “condições de formação, consolidação e desenvolvimento da ordem social competitiva não favoreceram a rápida neutralização do impacto negativo ou destrutivo da imigração sobre os ajustamentos socioeconômicos da população negra”, engendrando, ao invés disso, um contexto que ampliava esse impacto tanto no tempo quanto na intensidade.

Por fim, o terceiro período abrangia as tendências inauguradas em 1935, que perduravam até 1964, quando Fernandes defendeu *A integração do negro na socie-*

*dade de classes*. A partir desse marco, as migrações internas, de acordo com o autor, passavam a adquirir maior importância como fonte de mão de obra, e o crescimento econômico originava novas ocupações, largamente aproveitadas por “elementos nativos”. Começava aqui, também, uma tendência mais definida no sentido da *absorção* da “população de cor” pelo trabalho livre universalizado, embora as oportunidades destinadas a essa população se concentrassem na esfera dos serviços menos valorizados e compensadores.

Isto resume os argumentos da obra. E, diante desse quadro, resta perguntar: o que falta a *A integração...* para que seja considerada uma continuação dos estudos de Fernandes sobre a migração?

Observando-se o cabedal teórico que Fernandes usou no primeiro período de sua produção, é necessário concluir, seja pela permanência da temática ou pela acumulação daqueles conceitos, que *A integração...* não representa nenhum “abandono” da migração como objeto de pesquisa. Na verdade, é interessante notar que toda a descrição histórica sugerida pelo autor parece estruturada em coerência com as ideias de peneiramento, seleção e classificação social que Florestan fez questão de frisar na obra que ele havia resenhado, de Emílio Willems. E mesmo a ideia de competição inter-racial não parece negar a de competição interétnica que está presente em *A aculturação dos alemães...*

Há, é claro, mudanças. Com relação à conferência dada por Fernandes no clube Alepo, o autor parece ter expandido a ideia de *contribuições da imigração*, mobilizada por Handlin, para, consoante uma análise estrutural-funcionalista da mobilidade – já presente em *A função social da guerra na sociedade tupinambá*, aliás –, tornar analiticamente relevantes também os efeitos negativos da imigração – algo que fica patente nos resultados da competição entre imigrantes e negros em *A integração do negro na sociedade de classes*. Além disso – e tudo leva a crer que este seja o motivo de *A integração...* ser visto como uma guinada de Fernandes para longe dos estudos migratórios –, desaparece a relevância do conceito de *aculturação*, transformando-se, ademais, a *assimilação* em *absorção*, acompanhando-se os desenvolvimentos teóricos de Eissenstadt. Ora, acredito que não seja necessário qualquer apoio à afirmação óbvia de que não é só a partir de estudos aculturativos e assimilatórios que se desenvolveram os estudos migratórios. Contudo, talvez seja preciso denotar que o conceito de *aculturação* já não era suficiente para descrever os processos de ampla escala que Fernandes analisava em *A integração...* – os quais implicavam, afinal de contas, como ele mesmo afirma, a “emergência de um Povo” e de toda uma nova ordem social. Assim, da mesma forma que a *absorção* permitia que se saísse do nível individual da *assimilação* para se chegar ao nível populacional, a substituição da *aculturação* pela *formação* autorizava que o autor escalasse do nível da comunidade para o da

sociedade, ou do nível das adaptações culturais, sociais e institucionais locais para o da emergência de um Povo que se servia de diferentes influências na sua constituição cultural, social e institucional.

Mas prossigamos. Em 1967, Florestan retoma pela última vez seus estudos sobre a imigração de sírios e libaneses para São Paulo na conferência que apresentou por ocasião da abertura do Centro Brasileiro de Estudos Árabes da Universidade de São Paulo. A palestra, intitulada “O Brasil e o mundo árabe” (Fernandes, 1966b) se inicia por uma referência, um tanto irônica, à tendência dos estudiosos sobre a migração de ressaltarem a “contribuição positiva dos imigrantes às sociedades nacionais”. Fernandes já havia provado, então, que, no caso da imigração italiana para São Paulo, também os efeitos negativos do processo migratório eram sociologicamente relevantes. Talvez por isso, seu esforço inicial é diferenciar a imigração dos sírios e libaneses da imigração dos italianos. No caso árabe, o imigrante não se candidatava de maneira genérica ao trabalho rural ou urbano, independente ou assalariado. Pelo contrário: a imigração sírio-libanesa tinha as marcas de uma especialização econômica na mascatagem, o que lhes permitia começar “pequenos” para se tornarem verdadeiros atores no processo de acumulação capitalista – refugindo, dessa maneira, à proletarianização. Além disso, adiantando um tanto a análise que entabularia em *A revolução burguesa no Brasil*, ele frisa o comportamento “econômico” e “burguês” desses imigrantes, que teriam, portanto, contribuído para a “formação do Brasil moderno”.

Não é à toa que o termo “aculturação” não seja mencionado nenhuma vez, ao contrário do que ocorre na palestra da década anterior, em que o conceito parecia central à pesquisa exposta. Como argumentei acima, a *formação* parece tê-lo substituído. Mas isso não implica, de forma alguma, a desconsideração das diferenças sociais e culturais entre os diferentes grupos de migrantes: elas se verificam, a todo tempo, na busca dos efeitos empiricamente verificáveis da absorção desses grupos na sociedade brasileira. O movimento dessa substituição (a passagem da adaptação religiosa dos imigrantes sírio-libaneses para a sua contribuição na formação cultural burguesa do país) pode até parecer abrupto – e Oliveira (2020) chega a argumentar que, nessa conferência, os caracteres culturais específicos dos “árabes” deixam de importar para o autor. Contudo, ele não ocorre senão por variação de escala e também por reconhecimento, da parte de Fernandes, da necessidade de se descobrirem os possíveis impasses à modernização brasileira – assunto que estava na pauta do dia como um dos mais importantes nas Ciências Sociais nacionais.

Por fim, há algo a se dizer ainda sobre *A revolução burguesa no Brasil*, publicado em 1974, mas composto de ensaios que Fernandes escreveu a partir de 1966. Aqui se encontra de maneira manifesta aquilo que já se achava implícito na conferência “O Brasil e o mundo árabe”: que a imigração, na grade teórica da “formação” do “Povo”

ou da “ordem social competitiva”, é uma questão de análise empírica de seus efeitos. Oliveira (2020) considera que essa afirmação indica que o “papel do imigrante”, neste livro, é nuançado. Entretanto, o suposto “papel do imigrante” é justamente o que não está inserido na sentença. Florestan, afinal, não está tratando da “assimilação de indivíduos”, mas da “formação” ao nível da economia nacional, em que apenas “correntes migratórias” podem exercer funções verificáveis. Não há nada de destoante, por conseguinte, daquilo que argumentou o autor nos três últimos trabalhos analisados. Se, em *A integração...* há como que um efeito de uniformização aparente de diferentes “correntes migratórias”, isto só se dá porque a imigração é pesquisada ali sob o prisma populacional, em que os imigrantes italianos despontavam como nítida e achapante maioria em relação aos imigrantes de outras origens – e mesmo assim Fernandes tem o cuidado, muito coerente com toda a sua produção anterior, de distinguir o comportamento econômico dos imigrantes que se dirigiam para a zona urbana e para a zona rural, embora os resultados sobre a exclusão do “negro”, nos dois casos, tenham sido semelhantes.

Não é ociosa, por conseguinte, a descrição que Fernandes faz ([1974] 2005, pp. 152-172) sobre aspectos particulares das diversas trajetórias econômicas percorridas por diferentes grupos de imigrantes quando da chegada ao Brasil. E também não assiste nenhuma razão à afirmação de Oliveira de que “a sensação teórico-empírica de distância em relação à tese de 1964 logo se esvai” – em primeiro lugar porque não faltam dados e análises empíricas sobre os efeitos da imigração em *A integração...*, e, em segundo lugar, porque – se, em seguida da descrição sobre as diferentes trajetórias econômicas dos imigrantes, Fernandes passa a encará-los como “figuras centrais das grandes transformações do cenário econômico, social e político” – o que está em discussão neste ensaio é a *formação da ordem social competitiva* e de uma modernidade brasileira cujos entraves e obstáculos deviam ser vencidos. E, nesse sentido, importa a conclusão de que o conjunto das correntes migratórias analisadas:

[...] introduziu no Brasil maneiras de ser, de pensar e de agir em que o “cálculo econômico” e a “mentalidade racional com relação a fins” acabam alcançando, pela primeira vez em nosso país, a consistência funcional e estrutural requerida pelo padrão capitalista de organização da personalidade, da economia e da sociedade (Fernandes, 2005, p. 169).

## Notas conclusivas

Opondo-me à ideia de uma sociologia do abandono que, ao denotar um progressivo afastamento da obra de Florestan Fernandes em relação aos estudos migratórios, imputa a este movimento uma suposta culpa por estes estudos terem perdido pres-

tígio, nas décadas seguintes, em todo o campo da Sociologia brasileira, analisei as mesmas obras que os autores dessa crítica para demonstrar, a um só tempo, tanto a perenidade – e não o desprezo – da temática migratória na obra de Fernandes quanto a sua continuidade – e não rejeição – no uso de conceitos centrais para os estudos migratórios de seu tempo.

Em minha análise, mostrei que a verdadeira inflexão conceitual por que passou a obra de Fernandes em relação à literatura dos estudos migratórios é aquela que passa da *aculturação* e da *assimilação* para a *formação* e para a *integração*, ou para a *absorção*. Essa inflexão, todavia, não implica uma rejeição dos estudos assimilatórios ou aculturativos, como se poderia imaginar. Está implícita a ela, ao invés disso, uma divisão conceitual do trabalho analítico segundo a qual a aculturação e a assimilação se manteriam teoricamente adequadas para o estudo sobre comunidades específicas de imigrantes, e a formação e a integração, ou absorção, se mostrariam adequadas para estudar a sociedade brasileira e a ordem social competitiva emergente no país, descrevendo-lhes as suas características peculiares para, então, diagnosticar-lhes os impasses.

Trata-se, por conseguinte, de um movimento acumulativo, e não de abandono – sendo este, aliás, o próprio modelo formativo da produção intelectual sobre a *formação*, no que se pode ver um encaixe bastante significativo entre a forma e o conteúdo da análise de Fernandes.

## Referências Bibliográficas

- ARRUDA, Maria Arminda. (2020), “A aventura sociológica de Florestan Fernandes”. *Estudos Avançados*, 34 (100): 243-260. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.015>.
- ARRUDA, Maria Arminda. (1987), “*A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’*”. In: MICELI, S. (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Fapesp; Editora Sumaré, pp. 107-231.
- ARRUDA, Maria Arminda. (2017), “El concepto de formación en tiempos críticos: esbozo de reflexión”. *Sociológica*, 32 (80): 47-68.
- ARRUDA, Maria Arminda (org.); FERNANDES, Florestan. (2010), *Florestan Fernandes: Leituras e legados*. São Paulo, Global. (Versão e-book: paginação irregular).
- BRASIL JÚNIOR, Antonio. (2010), “O imigrante e seus irmãos: as pesquisas empíricas de Florestan Fernandes e Gino Germani”. *Lua Nova*, 81: 175-213.
- D’INCAO, Maria Angela (org.). (1987), *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro, Unesp; Paz e Terra.
- EISENSTADT, Shmuel Noah. (1956), “Sociological aspects of the economic adaptation of Oriental

- immigrants in Israel: a case study in the process of modernization". *Economic Development and Cultural Change*, 4 (3): 269-278.
- EISENSTADT, Shmuel Noah. (1954), *The absorption of immigrants*. Londres, Routledge & Kegan Paul.
- FELDMAN-BIANCO, Bela; SANJURJO, Liliana & SILVA, Douglas Mansur. (2020), "Migrações e deslocamentos: balanço bibliográfico da produção antropológica brasileira entre 1940 e 2018". *BIB*, 9: 1-58.
- FERNANDES, Florestan. (1956), "A aculturação dos sírios e libaneses em São Paulo". *Revista Etapas*, I (11). Também em: ARRUDA, Maria Arminda (org.); (2010), *Florestan Fernandes: Leituras e legados*. São Paulo, Global. (Versão e-book: paginação irregular).
- FERNANDES, Florestan. (1948), "A análise sociológica das classes sociais". *Revista Sociologia*, 10 (2).
- FERNANDES, Florestan. ([1952] 1970), *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. 2. ed. São Paulo, Livraria Pioneira/Edusp.
- FERNANDES, Florestan. ([1964] 2008), *A integração do negro na sociedade de classes*. 5. ed. Rio de Janeiro, Globo, 2 vols. (Versão e-book: paginação irregular).
- FERNANDES, Florestan. ([1949] 1963), *A organização social dos tupinambá*. 2. ed. São Paulo, Difusão Europeia do Livro.
- FERNANDES, Florestan. ([1974] 2005), *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo, Globo.
- FERNANDES, Florestan. (1947), "As 'trocinhas' do Bom Retiro". *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 113: 7-124.
- FERNANDES, Florestan. (1966a), "Imigração e relações raciais". *Revista da Civilização Brasileira*, 1 (8): 75-95.
- FERNANDES, Florestan. (1966b), "O Brasil e o mundo árabe". *Revista Etapas*, 12 (131): 33-37.
- FERNANDES, Florestan (1949), "Resenha de *A aculturação dos alemães no Brasil* de Emílio Willems. *Revista do Arquivo Municipal*, ano XV, v. CVVII, n. 2: 205-218.
- FERNANDES, Florestan. (1946), "Tiago Marques Aipobureu, um bororo marginal". *Revista do Arquivo Municipal*, n. 107: 7-28.
- FREITAG, Barbara. (1996), "Florestan Fernandes por ele mesmo". *Estudos Avançados*, 10 (26): 129-172. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141996000100015>.
- FREYRE, Gilberto. ([1933] 2003), *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo, Global.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. (2002), *Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo, Editora 34.
- HANDLIN, Oscar. (1955), *The positive contribution by immigrants: a symposium prepared for Unesco by the International Sociological Association and the International Economic Association*. Paris, Unesco.

- IANNI, Octavio. (1986), "Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira". In: IANNI, Octavio. (org.). *Florestan Fernandes*. São Paulo, Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, pp. 7-45.
- JACKSON, Luiz Carlos. (2009), "Divergências teóricas, divergências políticas: a crítica da USP aos 'estudos de comunidades'". *Cadernos de campo*, 18: 273-280.
- MICELI, Sergio. (1987), "Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais". In: MICELI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1. São Paulo, Ed. Vértice; Revista dos Tribunais, pp. 72-172.
- OLIVEIRA, Márcio de. (2020), "A contribuição de Florestan Fernandes à sociologia da imigração no Brasil de 1940 a 1970: relevância e deslocamento temático". *Estudos de Sociologia*, 2 (26): 87-121.
- PARK, Robert Ezra. (1928), "Human migration and the marginal man". *American Journal of Sociology*, 33 (6): 881-893.
- SAFADY, Jamil. (1977), *Panorama da imigração árabe*. São Paulo, Editora Comercial Safady.
- SIMMEL, Georg. ([1908] 1999), "The stranger". In: FRISBY, G. & FEATHERSTONE, M. (eds.). *Simmel on culture: selected writings*. Londres, Sage, pp. 137-169.
- STONEQUIST, Everett V. (1935), "The problem of the marginal man". *American Journal of Sociology*, 41 (1): 1-12.
- TANIGUTI, Gustavo T. (2018), "O imigrante segundo as Ciências Sociais brasileiras, 1940-1960". *Sociologias*, 20 (49): 142-196.
- TOLEDO, Caio N. de (ed.). (1997), *Dossiê Florestan Fernandes*. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, 4 (2).
- WILLEMS, Emilio. (1946), *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo, Companhia Editorial Nacional.
- WILLEMS, Emilio. (1940), *Assimilação e populações marginais no Brasil*. São Paulo, Companhia Editorial Nacional.

## Resumo

*Da aculturação à formação: o papel dos estudos sobre a imigração na obra de Florestan Fernandes*

Tendo recebido pouca atenção dos intérpretes da obra de Florestan Fernandes até pouco tempo, os estudos migratórios do autor, conquanto revisitados por especialistas deste campo, tem sido objeto de acusações, implícitas ou explícitas, de culpa pelo pouco desenvolvimento da temática na Sociologia, e especialmente na Escola Sociológica Paulista, a partir da década de 1940. Este trabalho tem como objetivo responder a esta "sociologia do abandono" na interpretação da obra de Fernandes, mostrando, através de uma interpretação sistemática, que o suposto afastamento

do autor relativamente aos estudos migratórios não se deu sem as providências de um movimento acumulativo, próprio do modelo formativo por que pugnava o autor.

Palavras-chave: Florestan Fernandes; Aculturação; Formação; Integração; Imigração.

### **Abstract**

*From acculturation to formation: the role of immigration studies in the work of Florestan Fernandes*

Having received little attention from the interpreters of Florestan Fernandes' work until recently, the author's migratory studies, although revisited by specialists in this field, have been the object of implicit or explicit accusations of blame for the poor development of the theme in sociology, and especially at Escola Sociológica Paulista, from the 1940s onwards. This work aims to respond to this "sociology of abandonment" in the interpretation of Fernandes' work, showing, through a systematic interpretation, that the author's supposed departure from migratory studies did not happen without the provisions of an accumulative movement, characteristic of the formative model that the author fought for.

Keywords: Florestan Fernandes; Acculturation; Formation; Integration; Immigration.

Texto recebido em 23/01/2024 e aprovado em 03/10/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.221517.

JOÃO GILBERTO BELVEL FERNANDES JÚNIOR é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS-USP), mestre em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD-USP) e bacharel em Ciências Sociais e em Direito pela Universidade de São Paulo. E-mail: joabelveljr@outlook.com.

